

# sabia que

---

## ■ A ARRUMAÇÃO NAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS: CLASSIFICAÇÃO VERSUS “CENTROS DE INTERESSE”

*Maria da Graça Melo Simões*

(Bibliotecária na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra)

*Ana Maria Eva Miguéis*

(Bibliotecária na Biblioteca do Centro Hospitalar de Coimbra)

Com este trabalho procuramos abordar o problema da utilização das classificações, nomeadamente das classificações decimais, nas Bibliotecas Públicas.

As Bibliotecas Públicas existem para servir a comunidade e devem estar organizadas de uma forma o mais transparente possível. É também desejável a cooperação entre bibliotecas congéneres, o que envolve a partilha dos recursos existentes ou a obter e obriga à adopção de critérios uniformes. A partilha de recursos implica o uso das mesmas normas e princípios e, em termos práticos, a opção pela escolha de sistemas compatíveis, que permitam comunicar sem entraves nem contratempos.

Uma classificação tem como principal objectivo a arrumação das espécies na estante. Como é sabido, toda e qualquer classificação obedece a uma estrutura lógica, estrutura essa que biblioteconomicamente não corresponde a um perfeccionismo do conhecimento científico, lógico e filosófico (isto porque os quadros são sempre discutidos pelos cientistas, lógicos e filósofos, etc), mas que, baseando-se na organização do conhecimento científico por grandes classes, possibilita uma fácil e eficiente localização das obras por parte do utilizador nas bibliotecas de livre acesso, neste caso concreto, nas Bibliotecas Públicas, permitindo juntar e integrar o mesmo assunto e os seus vários aspectos, aproximar os afins e afastar os que não têm qualquer ponto de proximidade.

O problema da arrumação das espécies na estante não é uma questão pacífica no campo da prática biblioteconómica e tem dado azo a muita crítica, razão pela qual se mantém um problema sempre actual. Daí que, entre os vários textos escritos sobre esse tema, nos tenha suscitado interesse para uma reflexão mais aprofundada, um artigo sobre esta temática apresentado por Richard Roy<sup>1</sup>. Este artigo, apesar de ser um trabalho publicado em 1986 mantém-se actual, pois surgiu num momento em que em França se debruçavam sobre “*novas estratégias de leitura*”, interrogando-se o autor, concretamente, sobre se a classificação de Dewey pode constituir uma estratégia, ou se constitui, de facto, um obstáculo para o utilizador. Tal como aconteceu em França, a criação de Bibliotecas Públicas em Portugal visa o desenvolvimento do Plano de Leitura Pública no país. Podemos, assim, transpôr para o nosso caso

a interrogação sobre o facto de as classificações se terem assumido, ao longo da sua história, como instrumentos de arrumação, independentemente das desvantagens que lhe são atribuídas. Isto acontece, certamente, porque até hoje ainda não foi encontrado outro sistema melhor, que apresentasse mais vantagens, e menos inconvenientes.

A proposta de Richard Roy assenta numa solução diferente para a arrumação das espécies nas estantes, denominada arrumação por *Centros de Interesse*, e à qual está subjacente um critério desprovido de estrutura lógica, que pode redundar, em nosso entender, numa perda de eficácia da procura de um tema por parte do utilizador e numa duplicação de esforços, se tivermos presente uma Rede de Leitura Pública. É sobre esta questão que nos propomos tecer algumas considerações críticas, apontando as vantagens e inconvenientes de um tal sistema de arrumação, e propondo também algumas soluções, que nos parecem viáveis e de alguma eficácia na comunicação e fornecimento da informação.

Ao propôr a arrumação das obras nas estantes por *Centros de Interesse*, o autor legitima tal opção na grande eficácia do acesso por parte do grande público a essas obras. Os *Centros de Interesse* correspondem, em seu entender, à referida “*estratégia de leitura*”, cujo objectivo é o de aumentar o número de leitores nas Bibliotecas Públicas. O critério subjacente a esta opção resulta de uma observação empírica das preferências do público esvaziando, com a sua utilização, a arrumação bibliográfica de qualquer critério científico.

Argumenta o autor que as classificações não respondem de uma forma cabal aos interesses dos utilizadores das Bibliotecas Públicas, limitando-se a apontar, sem explicitar, algumas virtudes e alguns vícios das classificações, e alegando que elas permitem apenas, na prática, organizar um catálogo sistemático.

Em geral, as categorias das classificações não são mais do que um reflexo das disciplinas do conhecimento humano leccionadas nos estabelecimentos de ensino. Todavia, este facto, segundo Richard Roy, impossibilita, muitas vezes, o acesso às unidades bibliográficas por parte do público menos instruído, sendo a utilização do catálogo sistemático feita apenas por uma reduzida minoria, normalmente por aqueles que possuem formação superior ou por aqueles que pertencem a um estrato social mais favorecido. Por isso, ele afirma não existir complementaridade entre os dois sistemas de acesso postos à disposição dos leitores, que só têm acesso às colecções a partir da sua disposição nas estantes, considerando que os sistemas de classificação, nomeadamente o de Dewey e da CDU, são de alta tecnicidade e que foram concebidos como o autor cita: “*por letrados e para letrados*”<sup>2</sup>.

O facto de Richard Roy propôr uma arrumação das unidades bibliográficas por grandes temas não nos surpreende, sobretudo porque concordamos que este sistema de arrumação — por assunto — é o mais eficaz, quer seja numa biblioteca de leitura pública, quer seja numa biblioteca especializada. O que nos parece discutível são os critérios em que ele se baseia para o fazer. A própria estrutura das classificações, nomeadamente a das classificações decimais,

faz com que se ultrapasse a unidimensionalidade do documento. As classificações têm diferentes características, que permitem relacionar os assuntos utilizando símbolos de ligação que lhe conferem uma certa flexibilidade; a utilização de sinais e símbolos combinados permite obter notações minuciosas, que são por vezes necessárias à elaboração de um catálogo sistemático, nomeadamente numa biblioteca especializada. Assim, se um documento tratar de um assunto relacionado com outro, como por exemplo:

*A Influência do Renascimento Italiano na Cultura Portuguesa*

A classificação *CDU* tem mecanismos que podem ser usados para relacioná-los. Um deles é a utilização dos dois pontos (:); se se pretender inseri-los num catálogo sistemático esta relação poderá permanecer; se se pretender arrumar este documento, ele será colocado na rubrica em que haverá mais probabilidades de ser aquela onde o utilizador irá procurá-lo. Ao tomar-se uma decisão acerca da escolha a fazer terá que ter-se sempre em conta o perfil do utilizador e a unidade de informação onde o documento está inserido.

Se o objectivo proposto por Richard Roy é o de conquistar o grande público para a leitura, parece-nos que desta forma também se conseguirá alcançar esse objectivo, mantendo a classificação já adoptada na biblioteca, devido à sua grande flexibilidade. Qualquer classificação pode, na prática, ser por interesse; basta pôr dígitos com relevo gráfico suficiente para marcar o que necessariamente é contemplado numa classificação e é considerado, em cada momento, como um interesse.

A estrutura das classificações permite uma arrumação genérica recorrendo-se, para tal, a notações mais abreviadas. Face ao exposto sobre a estrutura das classificações e suas potencialidades, as críticas daquele autor, ao afirmar que uma classificação decimal não serve eficazmente para arrumação das unidades bibliográficas numa biblioteca de livre acesso, não nos parecem pertinentes. A ideia de que elas contribuem para um afastamento de efectivos e de potenciais utilizadores, só resultando satisfatórias quando usadas em bibliotecas universitárias, porque as suas categorias não são mais do que uma sistematização decalcada das disciplinas do conhecimento, parece-nos falsa. Em nossa opinião, os *Centros de Interesse* não sendo uma nova classificação, representam um modelo diferente de arrumação, uma arrumação não técnica, que visa uma maior rapidez de arrumação e uma mais fácil utilização pelo grande público. Todavia, este critério de arrumação acabará por tornar-se efémero, devido ao facto de assentar num fundamento extremamente subjectivo. O interesse dos utilizadores altera-se rapidamente. Aquilo que numa determinada época constitui o interesse de um público específico, passados alguns anos poderá já não o constituir. Isto acontece porque os interesses dos utilizadores mudam de acordo com os interesses nas áreas do conhecimento que o evoluir da vida e da sociedade vão suscitando. Vivemos hoje numa

conjuntura em que a informática tem grande projecção, mas nada nos garante que noutras circunstâncias não seja outra a área de conhecimento a ter mais interesse. Assim, a Arrumação por *Centros de Interesse* redundará em pouca rendibilidade do serviço, uma vez que implica a arrumação constante das obras nas estantes e a dispersão da informação.

A utilização da classificação *CDU* poderá contribuir da mesma forma para este resultado, desde que se verifiquem algumas condições. Se se tiver em conta uma notação mais abreviada na tradução de certos conceitos, ela servirá de forma eficaz para a arrumação por assuntos numa Biblioteca Pública, e fará com que haja uniformidade na arrumação das espécies bibliográficas dentro das bibliotecas, seja qual for a sua tipologia. Se no topo das estantes se colocar um dístico, uma cor, ou um logotipo adequados, que permitam identificar o respectivo assunto, e se se distinguirem graficamente os que correspondem aos respectivos interesses, atingir-se-á o mesmo objectivo proposto com a Arrumação por *Centros de Interesse*. O uso de um tal mecanismo, tecnicamente designado por sinalética e baseado nas mais modernas técnicas de marketing, cuja eficácia todos podemos comprovar, pelo modo como a sua utilização resulta nas grandes superfícies comerciais, fará com que mesmo os utilizadores menos letrados estejam aptos a encontrar nas bibliotecas o que pretendem sem se perderem, tal como acontece com os produtos expostos nos supermercados. O leitor pode ignorar a estrutura da ordem de arrumação subjacente, vendo apenas o dístico. Tal como numa classificação por interesses primeiro tem que perguntar ou procurar onde estão, e depois é que vai lá directamente. Assim, qualquer utilizador que se dirige a uma biblioteca pela primeira vez tem sempre necessidade de alguma orientação, independentemente de se tratar de uma biblioteca onde o critério de arrumação seja, ou não, baseado numa classificação. Não nos parece que, pelo facto de numa biblioteca as obras estarem arrumadas por vinte ou trinta temas de acordo com as preferências do utilizador, ou por vinte ou trinta categorias adequadas, sejam elas quais forem, o comportamento do utilizador seja significativamente diferente. Num ou noutro caso, ele irá necessitar de ajuda, sem que tenha de ser obrigado a entrar na lógica do sistema.

18

Com base nestas duas ideias: a necessidade de orientação dos leitores que se dirigem pela primeira vez à biblioteca e o facto de não ser necessário entrar na lógica do sistema, coloca-nos a seguinte questão: qual será a vantagem de se adoptar uma nova estratégia de arrumação das espécies por assuntos, que não seja baseada numa classificação?

Nem todas as classificações existentes são decimais; ao utilizar uma classificação não significa que tenham que usar-se notações muito específicas, podendo também recorrer-se a notações internas para facilitar a colocação e, conseqüentemente, a procura de uma obra.

Se tivermos presente a realidade portuguesa e considerarmos como objectivos a partilha e economia de recursos, aceitar a arrumação das espécies por *Centros de Interesse* levaria a que os objectivos a atingir fossem lesados na sua plenitude. Além disso, enfrentar-

-se-ia uma duplicação de esforços. Ao integrar uma rede ter-se-ia que cooperar, neste caso concreto, utilizando a mesma classificação. Ao adoptar a Arrumação por *Centros de Interesse* ter-se-ia que usar uma classificação de acordo com os outros cooperantes, em paralelo com um outro sistema de arrumação, que poderia ser variável, dado que os *Centros de Interesse* podem apresentar níveis de mutabilidade, de região para região. Este sistema também não se nos afigura rendível, por nos parecer que redundaria em grande prejuízo o facto de uma Biblioteca de Leitura Pública, que dispõe já de anos de trabalho em que utilizou uma classificação bibliográfica com o intuito de dar aos livros um lugar determinado nas estantes, se predispor, no futuro, a criar uma estratégia diferente de arrumação, adoptando uma Arrumação por *Centros de Interesse*, exactamente com a mesma intenção que presidiu à adopção da medida anterior.

Parece-nos importante, ainda, referir que a adopção de uma mesma classificação pelas Bibliotecas Públicas portuguesas funciona, em termos de promoção de imagem, como um “produto” mais comercializável, de maior consumo, representando uma técnica eficiente e imprescindível para um posicionamento competitivo da informação prestada nos dias de hoje.

As classificações são o resultado de anos e anos de adaptação e de estudo. Elas assentam, como atrás foi dito, em bases científicas ou filosóficas e correspondem a problemas muito concretos. Apesar de alguns aspectos negativos que possam ser-lhes apontados, designadamente a sua rápida desactualização (apesar de ter alguma margem para actualização), sobretudo a nível do conhecimento científico, é indiscutível a sua consagração no campo biblioteconómico, enquanto garantes da salvaguarda científica e técnica nas Bibliotecas.

---

<sup>1</sup> ROY, Richard - “Classer par centres d’intérêt”. *Bull. Bibl. France*. Paris. ISSN 00062006. Tomo 31:3 (1986), 224-231.

<sup>2</sup> ROBINET, Nicole - “*Les jeunes travailleurs et la lecture*”. Paris. Documentation Française, 1984, p. 124. Cit. por Roy, Richard – “Classer par centres d’intérêt”.